

Gerente-geral da FenaSaúde apresenta palestra em seminário da Copedem sobre crescimento sustentável



*Sandro Leal*

O gerente-geral da FenaSaúde, Sandro Leal, participou em 10 de abril do seminário: "**Novos Rumos para um Crescimento Sustentável**", realizado pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) no Rio de Janeiro.

Tendo como tema de sua palestra "Segurança Jurídica - Desenvolvimento e Saúde Suplementar", Sandro Leal destacou a importância da previsibilidade das normas e de suas interpretações no desenvolvimento do país, como um todo, e, em particular, da saúde, que também sofre com custos que sobem acima da inflação média.

Para ajudar a melhor compreenderem a questão, o gerente-geral da FenaSaúde preparou um texto exclusivo para os leitores do site da FenaSaúde e portal da CNseg, que segue publicado abaixo, junto com o arquivo da apresentação realizada no Copedem.

*A relação entre segurança jurídica, desenvolvimento e saúde suplementar pode ser entendida como de natureza umbilical. Inicialmente, saúde e desenvolvimento se retroalimentam. Estudos mostram que um ano a mais na expectativa de vida gera, mantidos os outros efeitos constantes, mais 4 pontos percentuais no crescimento do produto interno bruto. Saúde deve ser entendido como investimento em capital humano e o efeito sobre a renda se dá pelo vaso comunicante da produtividade. Daí a importância da saúde suplementar, que fornece proteção para um quarto da população brasileira e estimula a economia da saúde. Por sua vez, na medida em que as sociedades evoluem em termos de renda, mais serviços são demandados do setor saúde em uma relação de 1 para 1,6. A cada 1% de aumento na renda, 1,6% de aumento é esperado no gasto com saúde.*

*Já a segurança jurídica está relacionada positivamente com o crescimento do PIB per capita e é uma importante proteção ao estímulo dos empresários a investir. Sob o enfoque exclusivamente econômico, contratos existem para permitir a realização das trocas na sociedade e para a transferência de riscos (e responsabilidades). Quando assim funcionam, produzem maior eficiência na economia.*

*Ocorre que os contratos são incompletos na maioria das vezes, pois não consideram todas as*

*possibilidades de resultados. Ademais, sofrem muitas vezes de problemas de assimetria de informação que incentivam o uso do contrato de maneira oportunística por parte do agente em situação informacional vantajosa. A informação é naturalmente distribuída desigualmente entre as partes contratantes. Os consumidores sabem mais sobre seus gostos do que as empresas. Estas sabem mais sobre os seus custos do que o governo. E todos os agentes tomam ações que são, em parte, não observáveis.*

*Na saúde suplementar, tal assimetria pode tomar contornos verdadeiramente dramáticos, pois a assimetria é muito relevante em todas as transações do mercado. Na saúde, por exemplo, quem escolhe o procedimento (médico-prestador) não é quem utiliza. Quem utiliza (paciente) não é quem paga o procedimento. E quem paga o prestador (operadora) não é quem escolhe o procedimento. Portanto, neste setor, as decisões estão apartadas dos custos. Em outros setores tradicionais da economia, a escolha depende do preço, dos gostos e preferências, do preço de bens complementares/substitutos e da disponibilidade de recursos. Na saúde, este contexto é alterado, o que vem demandando, em certa medida, a intervenção estatal para diminuir os efeitos dessa assimetria.*

*Diante da estrutura de incentivos existentes, o setor observa o aumento dos custos acima da inflação de preços médios, colocando a saúde como um bem altamente valorizado, mas de peso crescente no orçamento das famílias e das empresas. Nos últimos 9 anos, enquanto a variação do custo assistencial per capita cresceu 133,7%, o IPCA cresceu 61,1%. Neste contexto, os incentivos atuam no sentido de estimular a superutilização de recursos quando deveriam incentivar a melhoria das condições de saúde da população. A Máfia das Próteses, recentemente publicitada, é uma consequência importante da distorção. Diante da assimetria de informação e com orçamentos apertados, é esperado o aumento da procura do judiciário como parte da solução dos conflitos muitas vezes de origem econômica.*

*A sociedade busca de forma legítima o amparo do judiciário para questões que envolvem a utilização de determinada tecnologia ou medicamento, ou o reajuste de mensalidades, produzindo judicialização do sistema, retroalimentando a espiral de custos. Muitas das vezes as operadoras não previram esses custos quando precificaram seus contratos, o que inibe o oferecimento de novos contratos, quando não gera prejuízo ao equilíbrio econômico do contrato. Nestes casos, de benefícios concedidos e não contratados, a coletividade é chamada à responsabilidade e incorre em aumentos na mensalidade. Assim o mutualismo funciona e externalidades negativas influenciam o risco médio. A concessão de limites aos reajustes por faixa etária é um exemplo preocupante. Mais ainda quando se observa o efeito da maior longevidade nas faixas etárias superiores. Os mais jovens pagam mais para que os mais idosos possam pagar menos. E mesmo assim, é fração importante da aposentadoria.*

*Mas vejamos os outros casos, quando a demanda se dá sobre algo na área cinza do contrato. Quando e como utilizar determinada tecnologia? A indicação é adequada? A resposta é: nem sempre. Estudos nacionais e internacionais mostram que um percentual grande (70%) de indicações para cirurgia de coluna poderia ter um desfecho clínico menos invasivo com o tratamento tradicional. Novamente, os incentivos atuam no sentido de superutilizar recursos caros como materiais e medicamentos. E é função de quem paga (o consumidor em última instância) saber se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente.*

*Não se espera do Poder Judiciário conhecimento específico para dirimir e arbitrar conflitos de natureza médica. Esta área cinzenta poderia ser melhor regulada no sistema brasileiro de saúde suplementar mediante a adoção criteriosa de protocolos clínicos e de procedimentos baseados na custo-efetividade, e não na geração de rendas para determinados grupos.*

*Desta forma, deixando a parte técnica mais ajustada e menos sujeita às incertezas naturais dos contratos, a demanda por ação judicial se qualificaria naturalmente dando maior conforto ao judiciário a se manifestar sobre casos claros da existência ou não de direitos. E casos extremos de*

*demanda por procedimentos não cobertos ou limites aos reajustes previstos contratualmente e em compliance com a regulação setorial seriam minimizados. Há que se pensar em reformas de base, sem as quais, as consequências tendem a se agravar em um claro jogo de soma negativa em que se inibe investimentos em saúde, se inibe a segurança jurídica e se posterga o tão esperado desenvolvimento.*

*Por Sandro Leal Alves*

>> Para visualizar a íntegra da apresentação de Sandro Leal, [clique aqui](#).

**Fonte:** [FenaSaúde](#), em 16.04.2015.